



# PANDEMIA E O PREÇO SOCIAL

Por Aurimar Pacheco Ferreira\*

AS CONSEQUÊNCIAS DESSES PROCESSOS DE DIZIMAÇÃO EM MASSA FORAM E SERÃO SEMPRE DE MUITA PENÚRIA, SEJA ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL, CIENTÍFICA OU ÉTICA

A palavra “pandemia” é força de expressão, esforço semântico para dimensionar aquela epidemia que atinge uma extensa área geográfica, extrapolando fronteiras de muitos países. Quando falamos “pandemia” é para, dizem os especialistas, comunicar a gravidade da situação para a população. Precisamos desses esforços de linguagem para amplificar os cuidados com uma doença de contágio em larga escala. Neste século, em 2009, foi assim com a gripe causada pelo vírus H1N1, também conhecida como “gripe suína”. Segundo dados oficiais, a doença matou cerca de 300 mil pessoas em 187 países.

O certo é que uma epidemia, quando ganha o *status* de pandemia, já rompeu os limites da compreensão acadêmica e dos registros científicos estabelecidos, in-

vadiu territórios e transformou uma gripe, por exemplo, de sintomas simplórios e origem localizada em algo letal, globalizado e universal.

Historicamente, sem direito a essas nomenclaturas, o mundo viu e sofreu processos pandêmicos violentos e devastadores como, por exemplo, a peste bubônica, que é citada desde o século V, no Egito, e teve um retorno fulminante no século XIV, ceifando a vida de mais de 30 milhões de africanos e europeus, de acordo com os números imprecisos da época.

Na última grande ocorrência sanitária mundial, no início do século XX, o planeta agonizou com a catástrofe do vírus *influenza*, batizada pela imprensa da época como “gripe espanhola”, que tomou conta do mundo



já enfraquecido pela Primeira Guerra Mundial. Principalmente entre os anos 1918-1920, com reincidências durante os anos seguintes, a gripe pode ter matado até 100 milhões de pessoas, segundo cálculos da época, número em parte justificado pelos destroços da guerra, facilitadores da disseminação do vírus.

A força desses acontecimentos ameaça nossa espécie, encerra trajetórias coletivas e chama atenção de todos para a potência da natureza que, invisível, não deixa escapar nenhum que se deixe expor ao seu poder biológico de destruição. Uma pandemia, como fato ou rito linguístico-científico, demarca a fragilidade de nossas existências e o despreparo da fisiologia humana para esse tipo de enfrentamento.

As consequências desses processos de dizimação em massa foram e serão sempre de muita penúria, seja econômica, social, educacional, científica ou ética. Primeiro porque, como dito, as ocorrências históricas em maior escala aconteceram no mundo que desconhecia a ciência atual e se resolvia pelas crenças metafísicas. Ainda que não fossem mais “terraplanistas” – desde o século XIV já se sabia da redondeza da Terra –, não faziam ideia do que seria uma vacina ou qualquer antídoto eficaz contra os agressores microscópicos. A dificulda-

de em identificar causas, entender as possíveis precauções e evitar a disseminação acelerou a multiplicação do horror e das dores. Fala-se em mil pessoas morrendo por hora acometidas pela peste na Europa, sem que se desconfiasse das bactérias, hospedadas pelas pulgas, que circulavam com velocidade e liberdade nos pelos dos ratos, personagens recorrentes das grandes cidades.

Segundo porque as pandemias surgem inesperadamente, sem que os aparatos de saúde dos países atingidos estejam preparados para dar conta do volume de casos. Não há previsão de procedimentos ou plano de contingência para fatos dessa natureza e parece haver uma aposta de que nunca acontecerão.

Terceiro porque, nas sociedades de mercado, as reações em massa para conter epidemias sempre têm efeito retardado, no aguardo de que tudo se resolva sem investimentos de alto custo, até que as pressões sociais acendem os pavios das providências. Infelizmente, não há outro jeito: quando algo coloca todos os viventes à mercê da morte, é preciso gastar muito dinheiro, pois a roleta russa biológica aponta para qualquer um, seja ele mais ou menos esclarecido.

A discussão do que vem primeiro, se a vida ou a economia, é recorrente nesses acontecimentos – guardadas as especificidades de uma pandemia –, mas sempre dependem das decisões dos que ocupam as posições de poder. Essa prerrogativa pelas estratégias de gestão da crise sempre pertencerá aos governantes.

Uma consequência, que podemos chamar “genérica”, dessas grandes crises certamente pode ser classificada como seu preço social. O tecido social dos países receberá os resultados econômicos, educacionais e políticos dos agravos da pandemia, como aumento da pobreza, a precarização total dos serviços públicos, as incertezas de procedimentos, a insegurança enquanto não há imunizações confiáveis e problemas emocionais em profusão pelo acúmulo de todos esses fatos.

Os elementos de perturbação social ganham dimensões imensas em qualquer sociedade, mesmo nas desenvolvidas, mas repercutem em algumas de forma mais intensa do que em outras, dependendo da experiência de suas trajetórias. Na Europa, continente antigo, esses fenômenos mortíferos fazem emergir uma memória coletiva de acontecimentos, como aqueles que citamos no início deste texto. Sejam pandemias, guerras ou revoluções violentas, o inconsciente coletivo dos europeus tem registradas diversas consequências como a fome, a miséria, a tortura, o sofrimento físico, o frio agonizante e outras tantas intercorrências que lhes ensinaram mais, talvez, do que as grandes vitórias.

Por esse motivo o comportamento de alguns raros dirigentes europeus que subestimaram a atual pandemia foi duramente criticado. No geral, o que vimos foi a obediência da maioria da população aos apelos de isolamento, desde que este foi estabelecido para o controle acelerado da crise. Proporcionalmente e fazendo as contas com

isenção, nesses países, mais vidas foram salvas e menores foram os choques sociais se comparados aos países com comportamento diferente.

Há também um olhar particular para esses momentos de sofrimento coletivo quando consideramos a perda de vidas em volumes industriais. O choque diante de perdas tão numerosas, em tão pouco tempo, parece fazer com que o coletivo só entenda, de fato, o que está acontecendo quando tudo já passou.

Nas diversas manifestações em redes sociais ou conversas esporádicas, há uma frase recorrente que resume um desejo, uma esperança, mas que também soa como uma revanche: “Isso vai passar!”. E de fato vai, mas não temos claro ainda a que preço, ou melhor, para mais de uma centena de milhares de famílias brasileiras, a conta já chegou, sem dó, sem direito a réplica, na forma de morte!

Por outro lado, há quem diga que os grandes acontecimentos da humanidade que acumulam dor acabam por estimular os sobreviventes a exorcizar os danos e produzir os antídotos sociais da derrota humana na concorrência com a natureza. Nesse sentido, temos diversas interpretações para, por exemplo, creditar o surgimento de várias descobertas científicas que configuraram o Iluminismo e a Modernidade à superação dos surtos catastróficos da peste, que, a despeito de sobreviver até hoje, está circunscrita a locais específicos.

Há os que enxergam no ressurgimento ampliado e estruturado do Welfare State nos anos 1930 na Europa uma resposta do mundo civilizado à gripe espanhola e seu impiedoso morticínio. Há os que afirmam que o ideal kantiano da Paz Perpétua é o guia imaginário da implantação da Organização das Nações



Unidas - ONU, no pós-holocausto da Segunda Grande Guerra. Há os que veem tudo em coisa nenhuma. Há os que têm razão e aqueles que são desprovidos dela. Há o complexo de Pollyanna, personagem americana infantojuvenil de 1913, cuja protagonista ensina o “jogo do contente”, e há todos aqueles que execram as concessões de um bem que não se pode medir.

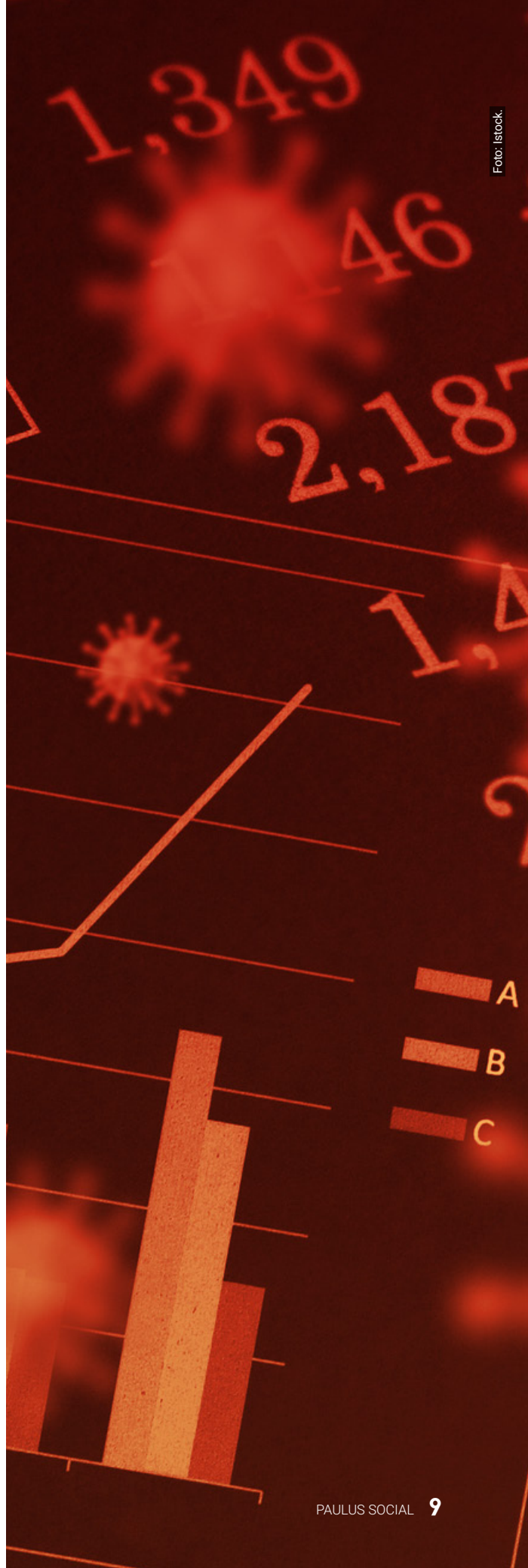
No Brasil tivemos que esperar por quase 500 anos de história para acalentar uma ideia de Política Pública de Assistência Social, na perspectiva de direitos e com a marca garantista da legislação maior, a Constituição Federal. Isso implicou colocar à prova todo um legado nefasto que habita a causa mediana brasileira com seu DNA colonial, contestando a cultura e a estrutura das práticas de monopólio, latifúndio, patrimonialismo e, a mais sórdida, de escravidão.

Essas quatro práticas somadas, por si só, já representam diversas figuras públicas que conhecemos e visualizamos hoje na televisão ao vivo e víamos há cinco décadas no documentário descolorido. Essa herança nos esmorece pela tristeza de uma suposta sina que nos condena à sensação neurótica de sermos espoliados desde criancinha.

A partir 1988 vimos o túnel, a luz e a saída dele. Era tudo verdade escrita. Aclamamos a Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, 1993, tardia, mas fundamental, e ousamos construir o Sistema Único de Assistência social, uma espécie de *software* que rodaria no *hardware*, uma figura de linguagem para explicar o funcionamento, fundido, de dos dois elementos: LOAS e SUAS, o feijão com arroz dos nossos dias na área social. Aliás, o SUAS é tão peculiar que nos chegou parcelado, com etapas em 2005 e seu florescimento em 2011.

Avançamos como flechas certas pelo mundo-Brasil a fora e fomos longe, até que nos chocamos contra o muro da doença planetária, embora as demandas de nosso povo e seu projeto de sociedade não permitam essa “pausa”. Agora, como sobreviveremos a tudo isso, se o dinheiro para os financiamentos encurtou? Conseguiremos ir em frente com o modelo que acreditamos se há a negação da lógica que construímos acompanhada do recrudescimento dos conceitos e práticas conservadoras em todos os ambientes representativos, desde as urnas eletrônicas até as ruas do país, que toleram e promovem o que tínhamos como barbárie?

Atiramos (para ser contemporâneo) no que não víamos e acertamos em cheio no que achávamos que não veríamos. Somos órfãos de nossa



própria paternidade. Inventamos um neoiluminismo social, “brasileiro da latino-américa”, como na canção. Começamos com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, prematuro e insular, pois seria necessário atender ao emergente. Sabíamos que o premente seria a LOAS, que comporia o restante, mas não havia tempo a perder. O ECA está agora no aguardo das providências.

Quando a pandemia rompeu, saltamos do divã e constatamos: “E agora?”. Impossível não revisitar a primeira estrofe inteira de Drummond, no poema musicado “José”. Resta-nos também uma cena cinematográfica de Spielberg no Jurassic Park (1993), em que o Dr. Alan encontra os ovos geminados dos dinossauros supostamente impedidos de reproduzir e questiona: “A vida sempre encontra uma saída?”. Ou nos recolheremos a uma ficção social mais contemporânea de achar que, em algum lugar desse mundo, há de existir um jovem prodígio que inventará, pela tecnologia, a prevenção da Covid-19 (que somente agora aparece aqui no texto por decisão racional ou

supersticiosa minha)? Essa alternativa nos aplaca como um sofisma que Hannah Arendt poderia, distraidamente, classificar como banalidade hormonal?

De fato nos resta o atalho do excelentíssimo algoritmo dos últimos dias. Cabe-nos a revisão “dos processos”, para ser coerente com nosso vocabulário usual, e nos é cobra-

da uma coragem descomunal para alguém que está no sertão sem veredas. Se isto não lhe agrada, que seja um soco em sua aura profissional. Nada mais curioso que os olhos arregalados dos assustados. Se isto lhe incomoda, que lhe sangre a paixão. Dela devem sair seus afetos em estado de reação. Se isto confirma uma eventual indi-

ferença, não pereça. Haverá um verso seguro para você, na melhor música de todos os tempos da próxima semana.

“  
**Se isto lhe  
incomoda, que  
lhe sangre a paixão.  
Dela devem sair  
seus afetos em  
estado de reação.**  
”

**\*Aurimar Pacheco Ferreira**

Coordenador do Núcleo PAULUS de  
Formação, Pesquisa e Disseminação Social.